

Territórios Íntimos da Violência de Gênero

Nilda Stecanelaⁱ
Pedro Moura Ferreiraⁱⁱ

Resumo:

Neste artigo desenvolve-se uma incursão microssociológica sobre a violência de gênero a partir das histórias de vida de um conjunto de mulheres que nos emprestaram suas palavras para interpretação, procurando trazer à tona as justificativas e as representações construídas em torno delas e que, de forma quase invisível, tecem os contextos sociais e familiares nos quais a violência acontece e se acorrenta. Trata-se de um olhar localizado que procura o enquadramento das interfaces das histórias narradas com as respostas institucionais, cujos contributos participam dos processos de emancipação e da ruptura com a cadeia de subordinação e de violência. O material aqui apresentado apoia-se em entrevistas em profundidade realizadas com dez mulheres com idades entre 21 e 51 anos que apresentaram denúncia na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) da cidade de Caxias do Sul. Tomando pedaços da história de vida de uma mulher e conectando-os aos de outras mulheres, procuramos categorizar eventos que podem representar os mapas de trânsito da violência de gênero: a denúncia como referente para a oficialização da dor, a abertura das portas da intimidade, as rotas do medo, a ordem patriarcal de gênero. É em torno destes tópicos que as narrativas recolhidas foram organizadas, permitindo assinalar as representações culturalmente construídas sobre a violência contra as mulheres.

Palavras-chave: violência de gênero, representações culturais, ordem patriarcal de gênero, identidades de gênero, vitimização afirmativa.

Abstract:

In this paper we develop a micro sociological incursion about gender violence from life stories of a group of women who let us borrow their words for interpretation, on an attempt to bring up to surface justifications and representations built around them and that, almost invisibly, interweave social and familial contexts in which violence takes place and chains itself to. It is a focused view that looks for the framework of the interfaces between the stories narrated by the women and the institutional responses, whose contribution are part of the emancipation processes and rupture of the subordination and violence chain. The material presented here is based on in-depth interviews conducted with ten women whose ages ranged within 21 and 51 years old who pressed charges at the Specialized Police Precincts for the Defense of Women (DEAM) in the city of Caxias do Sul. Taking pieces of one woman' life story and connecting them to other women's stories, we try to categorize events that might represent the maps through which gender violence transits: the complaint as a reference to officialize pain, the opening of doors of intimacy, the routes of fear, the patriarchal order of gender. It is around these topics that the narratives collected were organized, making it possible to distinguish the marks of representations culturally built on against women.

Keywords: gender violence, cultural representations, patriarchal order of gender, gender identities, affirmative victimization

Introdução

A expressão “direitos humanos das mulheres” tem pouco mais de uma década. Um fato marcante em direção à proteção da mulher foi a Conferência Mundial dos Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993, cujos encaminhamentos reconheceram os direitos humanos das mulheres. Uma dura realidade mostra-se como desafio aos gestores das políticas públicas para as mulheres, tendo em vista que, nesses anos todos, as desigualdades de gênero

e as questões de discriminação da mulher permanecem presentes na maior parte dos países. Afirmações de que “a luta pelos direitos humanos não tem sexo” e que “sem os direitos das mulheres, os direitos não são humanos” são cada vez mais pertinentes na atual agenda pública e acadêmica (LIBARDONI, 2007).

Conforme informam várias pesquisas, um dos maiores problemas para o combate à violência de gênero decorre das representações que as mulheres têm em torno da violência doméstica, pois grande parte delas somente reconhece as violências físicas, demonstrando ausência de visibilidade das outras formas, como a violência sexual, a psicológica, a patrimonial. Em pleno terceiro milênio, ainda existem mulheres dominadas, que não percebem quando são alvo de violência de gênero. De um modo geral, muitas ainda consideram naturais as desigualdades e têm cristalizado em seus processos de socialização que ocupam lugar subalterno em relação aos homens. A naturalização da violência no cotidiano das mulheres é um dos primeiros paradigmas a ser desconstruído, dificultando a identificação de situações que caracterizariam a mulher como vítima de discriminação e opressão de gênero.

Neste artigo desenvolvemos uma incursão microssociológica sobre a violência de gênero a partir das histórias de vida de um conjunto de mulheres que nos emprestaram suas palavras para interpretação, procuramos trazer à tona as justificativas e as representações construídas em torno delas e que, de forma quase invisível, tecem os contextos sociais e familiares nos quais a violência acontece e se acorrenta. Trata-se de um olhar localizado que procura o enquadramento das interfaces das histórias narradas com as respostas institucionais, cujos contributos participam dos processos de emancipação e da ruptura com a cadeia de subordinação e de violência. O material aqui apresentado apoia-se em entrevistas em profundidade realizadas com dez mulheres com idades entre 21 e 51 anos que apresentaram denúncia na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) da cidade de Caxias do Sul. Com o tratamento metodológico oportunizado pela análise textual discursiva (MORAES e GALIAZZI, 2007), reconstruíram-se os retratos narrados nos diferentes percursos, apresentando itinerários percorridos em diferentes momentos, por diferentes mulheres, os quais expressam avanços e recuos. Tomando pedaços da história de vida de uma mulher e conectando-os aos de outras mulheres, procuramos categorizar eventos que podem representar os mapas de trânsito da violência de gênero: a denúncia como referente para a oficialização da dor, a abertura do círculo da intimidade, as rotas do medo, a ordem patriarcal de gênero. É em torno destes tópicos que organizámos as narrativas recolhidas que nos permitiram assinalar as representações culturalmente construídas sobre a violência contra as mulheres.

1. Questões terminológicas e perspectivas de análise

A realidade que percorremos aparece frequentemente nomeada sob nomes diversos: violência contra a mulher, violência doméstica e familiar, violência de gênero, entre outras. É certo que as expressões consagram contextos de violência que não estão necessariamente sobrepostos, mas que remetem para perspectivas analíticas que divergem entre si.

Segundo Almeida (2007, p. 25), as violências narradas por essas vítimas, que deixam “inúmeras, diversificadas e profundas marcas em mulheres, em escala global, ainda não foi nominada apropriadamente”. Para a autora, trata-se de uma violência “maldita” e de uma violência “mal-dita”. O primeiro enfoque é atribuído a “todas/os que a experimentaram e para todas/os que tentaram enfrentá-la e mediá-la”. O segundo enfoque é referido “para todas/os que tentam estudá-la”.

Com essa diferenciação, a autora alerta para as distintas expressões que, muitas vezes, são utilizadas com sentido equivalente e enfatiza as especificidades de cada denominação, sugerindo algumas diferenciações: Violência contra a mulher realça o alvo contra o qual a violência é dirigida. É uma violência em que não há um sujeito, só objeto. Acentua o lugar da vítima, além de sugerir a unilateralidade do ato. Não se inscreve, portanto, em um contexto racional. Violência doméstica é uma noção espacializada, que designa o que é próprio à esfera privada – dimensão da vida social que vem sendo historicamente contraposta ao público, ao político. Enfatiza, portanto, uma esfera da vida independentemente do sujeito, do objeto ou do vetor da ação. Violência intrafamiliar aproxima-se bastante da categoria anterior, ressaltando, entretanto, mais do que o espaço, a produção e a reprodução endógenas da violência. É uma modalidade de violência que se processa no interior da família. Violência de gênero designa a produção da violência em um contexto de relações produzidas socialmente. Portanto, o seu espaço de produção é societário, e o seu caráter é relacional (ALMEIDA, 2007, p. 23-24).

Essa autora produz argumentos a favor e contra cada uma das categorias de violência empregadas no cotidiano, mas se posiciona pelo uso da violência de gênero, pois seria o único qualificativo da violência que ultrapassa o caráter descritivo, constituindo-se em categoria analítica e histórica ao mesmo tempo, sendo facilmente assimilável no meio acadêmico. Marcada por uma incompletude, dado seu caráter abrangente, o seu emprego poderia levar ao risco de transbordamento, porém não de limitação. Suas potencialidades estariam sinalizadas pela abordagem da violência no quadro das desigualdades de gênero (ALMEIDA, 2007, p. 26-27).

Apesar do seu âmbito mais alargado e conceitualmente mais alicerçado, o uso da expressão violência de gênero não eliminou as outras expressões, que continuam a fazer sentido em determinados contextos, designadamente no domínio da política pública. Por exemplo, a Lei Maria da Penha criminaliza a violência doméstica e familiar que, podendo ser considerada uma manifestação da violência de gênero, se circunscreve ao espaço privado e a atores que se relacionam entre si por laços familiares ou de proximidade. Observação semelhante pode ser feita em relação à expressão violência contra a(s) mulher(es) que, apesar

das insuficiências apontadas, constitui uma expressão mais acessível e difundida na linguagem comum do que a da violência de gênero. Esta última remete, sobretudo, para uma dimensão analítica que não está presente na linguagem comum e, por vezes, também se encontra ausente da linguagem das políticas públicas.

Apesar de haver uma ampla convergência no sentido da consagração e do uso universalizante da expressão violência de gênero, as divergências conceituais não se dissipam, como bem o mostram Santos e Izumino (2005). Estas autoras chamam a atenção para o fato do conceito violência de gênero estar “sendo utilizado como sinônimo de violência contra as mulheres, sem haver uma mudança conceitual” (p. 12). Para se entender esta posição, é necessário considerar os três paradigmas teóricos que influenciaram os estudos sobre a violência contra as mulheres no Brasil. O primeiro é designado por dominação masculina e encara a violência contra a mulher “como expressão da dominação da mulher pelo homem”, reduzindo a mulher a um papel, simultaneamente, de vítima e de cúmplice dessa dominação. O segundo paradigma, que nomeiam de dominação patriarcal, desenvolve-se sob a influência marxista e feminista e define a violência, tal como se depreende da sua designação, de patriarcal em que a “mulher é vista como um ser autônomo, porém historicamente vitimada pelo controle social masculino” (p.2). O último paradigma, designado por relacional, “relativiza as noções de dominação masculina e vitimização feminina, concebendo a violência como uma forma de comunicação e um papel do qual a mulher não é vítima senão cúmplice” (p. 2).

Sem detalhar todas as implicações da análise por elas desenvolvida, para o propósito que perseguimos interessa chamar a atenção para o papel atribuído à mulher e ao lugar do gênero em cada um desses paradigmas. O papel da mulher ora é considerado de vitimização perante uma dominação que não controla, ora é visto como relacional, implicando, simultaneamente, a ideia de vitimização e de cumplicidade. De um lado, situa-se um poder (masculino) que subjuga e domina a mulher, do outro uma perspectiva comunicacional que transforma a violência num jogo relacional de soma não necessariamente nula.

Em relação à questão do gênero, “entendido como construção social do masculino e do feminino e como categoria de análise das relações entre homens e mulheres” (p. 3), as autoras consideram que envolve sempre uma perspectiva relacional. Por isso, recusam-se a aceitar a compatibilidade entre a ideologia patriarcal e a análise de gênero na medida em que o paradigma da dominação masculina (e da submissão feminina) é “insuficiente para explicar as mudanças dos papéis sociais e do comportamento de muitas mulheres diante da violência” (p. 13). Há muito mais do que submissão nas reações das mulheres perante a violência sofrida. A violência de gênero não pode ser vista nem definida como uma relação de dominação do homem sobre a mulher. Mas isso não significa que seja considerada um jogo comunicacional, como emerge no terceiro paradigma referido. A violência envolve sempre relações de força e apela para um poder dinâmico que, como refere Almeida (2007), institui

constantemente hierarquias e desigualdades de gênero. Esta perspectiva dinâmica e relacional do poder muitas vezes está ausente das análises que se reclamam da violência de gênero.

A discussão em torno das questões teóricas sobre a violência de gênero desenvolvida por Santos e Izumino (2005) mostra que não existe uma perspectiva unificada de análise. A influência de vários paradigmas faz-se sentir nas linguagens que são usadas para descrever o fenômeno da violência e nos quadros teóricos que, explícita ou implicitamente, acompanham a reconstituição dos contextos em que essa violência ocorre. De certo modo, é o que acontece na pesquisa que desenvolvemos. Em determinado momento das análises, aproximamo-nos de uma linguagem mais próxima das tipificações da política pública (e criminal), usando de uma forma permutável, aliás no seguimento do que outros fizeram (Soares, 1999), as expressões de violência doméstica e familiar e de violência contra a mulher, mesmo tendo em conta que não são totalmente coincidentes. Noutros momentos, porventura de maior consistência analítica, recorreremos ao conceito de violência de gênero, pressupondo a presença de relações sociais que em muito ultrapassam o âmbito da vitimização criminal. Em todo o caso, não partimos de uma posição teórica perfeitamente delineada, tendo preferido confrontarmo-nos com versões díspares sobre o papel das relações de gênero na produção da violência. A análise que desenvolvemos não poderia, assim, deixar de contemplá-las.

2. O evento da denúncia e a oficialização da dor

O ponto de partida é a trajetória de uma mulher de 39 anos, auxiliar de produção, mãe de dois meninos, moradora de um bairro da periferia, oriunda de uma família de evangélicos praticantes, cujo pai alcoólatra tinha atitudes violentas contra a mãe. Após dezoito anos de acúmulo entre humilhações, agressões e exploração financeira, somente nos dois últimos anos do seu relacionamento conturbado se encorajou a buscar ajuda. Para o primeiro passo, foram determinantes as marcas visíveis da agressão física em seu corpo, diagnosticadas durante uma consulta médica, e as reações que passou a apresentar no local de trabalho: *“Quando eu fui pra firma, eu tava muito abalada psicologicamente e daí eu tive que ir no médico porque eu não conseguia me mexer”*.

Relata que quebrou o silêncio somente quando o marido começou a agredi-la fisicamente. Embora seus relatos indiquem uma trajetória marcada por outras formas de violência, como a sexual, a psicológica e a patrimonial, se não fossem as marcas no corpo, provavelmente ela não teria dado o primeiro passo: *“Fui quando ele começou a me agredir mesmo, bater, sabe?! Se não, acho que eu não ia ir.”* O médico e a sua chefe apontaram o caminho para a superação da situação de violência nas suas trajetórias: *“O médico da empresa disse que eu devia fazer ocorrência.”* Porém, pessoas de sua rede social primária a conduziram até a porta de entrada da rede de proteção: *“E, várias amigas me aconselharam, tanto que eu disse: - Tá, mas e eu ir sozinha?! Coragem não tenho!”*. Entrar e seguir nos

trânsitos labirínticos pelo interior da rede de proteção foi uma decisão difícil que teve que tomar sozinha.

Mas o rompimento com o ciclo da violência não depende só do tempo interno. O olhar externo é determinante para a mulher romper com o ciclo da violência. Ao mesmo tempo, é condicionante para ela suportar a dor por anos a fio. Os sentimentos de medo, de raiva e de vergonha, represados por anos, vão extravasando gradativamente, e a vitimização afirmativa, associada à oficialização da dor, parecem ser os eventos que fazem a mulher voltar o olhar para si e deixar os condicionamentos, fortemente presentes em seus processos de socialização, para trás. O medo da rejeição da família é indicado como um dos motivos que a levou a suportar a violência por tanto tempo: *“Eu fui guardando aquilo ali, acumulando, eu fui indo, até mesmo porque eu tinha vergonha e medo de minha mãe me rejeitar por eu separar”*.

Não bastasse o olhar de julgamento que a família produzia, havia também as lentes da igreja: *“No meu caso eu tinha vergonha, até pelo fato da minha família ser evangélica, né?! Então, a igreja, eu também tinha medo da igreja me botar de fora”*. Na sua narrativa, observam-se as lutas que ela trava com os pólos estruturadores de sua identidade¹: por um lado, a força da tradição em seus processos de socialização, o modo como aprendeu a ser mulher, orientada para manter o relacionamento, para cuidar do outro e para se preocupar com o que podem pensar de si (ROCHA-COUTINHO, 1994); por outro lado, a tentativa de imprimir uma prática social transformadora em seus percursos, orientada para outra direção, para priorizar-se na relação, construindo seu processo de individuação e de crescimento da autonomia. É neste sentido que Melucci (2004, p. 47) afirma que *“nossa identidade tende a coincidir com processos conscientes de individuação e é vivida mais como ação do que como situação”*.

A história desta mulher mostra que ela passa por um processo de “identização” que envolve um esforço autorreflexivo na definição de si mesma, incorporando as ideias de movimento, de flexibilidade, de multiplicidade e de inacabamento, fundamentais na constituição identitária dos sujeitos. Parece que, de um momento para outro, revela-se a imagem de uma nova mulher diante do espelho: *“Hoje eu me olho no espelho! No momento em que eu me olhei no espelho, eu disse: - Bah, mas realmente, até minha pele tá triste, meu olho tá triste! E foi aí que eu acordei. Acordei olhando no meu olho, olhando pra MIM! E foi aí que eu disse: - Eu me amo, eu me gosto. Se eu me amo e eu quero ser feliz, aí meus filhos vão ser felizes! Enquanto eu não for feliz, eles não vão ser felizes! E foi aí que eu acordei”*.

As atitudes de coragem narradas foram produzidas a partir da experiência do medo e de suas múltiplas faces, seja a travestida pela vergonha, seja a encoberta sob o capuz do julgamento das instituições de socialização participantes de seus processos identitários, como a família e a igreja. O evento da denúncia e da publicização da violência oficializam a dor

¹ Melucci afirma que nos constituímos como sujeitos pela busca permanente do equilíbrio entre os pólos estruturadores da identidade, dados pela dimensão do “auto-reconhecimento” e do “hetero-reconhecimento” (MELUCCI, 2004).

constituem um primeiro passo que permite abrir as portas da intimidade e projetar outra imagem frente ao espelho e enxergar seus reflexos nos indícios de reconstrução da própria vida.

3. Abrindo as portas da intimidade

À medida que narram suas histórias nos múltiplos espaços que percorrem, as mulheres vão se dando conta das violências encobertas que transitam em suas vidas. Foi comum escutar “*agora eu vejo isso, mas antes eu não via!*”. Não há dúvidas de que “as palavras produzem sentido, criam realidades e, às vezes, funcionam como potentes mecanismos de subjetivação” (LARROSA, 2002, p.21).

A força das palavras é, às vezes, mais forte e provoca mais dor do que a força física. A narrativa de outra mulher, que carrega no seu semblante os efeitos de um envelhecimento precoce, provavelmente provocado por anos de submissão à violência e à humilhação, combina as palavras de seu vocabulário para nomear a situação que vive. Os resultados das agressões verbais, em muitos casos, produzem efeitos mais fortes que as feridas no corpo, atingem a alma das mulheres, tornando a cura mais difícil, conforme sinaliza a pesquisa *Violência doméstica: questão de polícia e da sociedade*, citada por Saffioti (2004, p. 63), indicando ser “frequente as mulheres se pronunciarem a respeito da maior facilidade de superar uma violência física, como empurrões, tapas, pontapés, do que humilhações”.

O limite da suportabilidade aparece no jogo de palavras que se impõem na composição das suas trajetórias: “*Só que assim, muitas tentativas, 10 anos de tentativas. Eu tentei, tentei me iludir achava que ele ia melhorar, mas, cada vez foi piorando mais, né?! E agora chegou o ponto que eu tenho que gostar de mim e dos meus filhos!*”. Conforme Larrosa (2002) há poder nas palavras e, ao mesmo tempo em que fazemos coisas com as palavras, as palavras fazem coisas conosco. Parece ser esse o efeito nos territórios íntimos da violência: “*Chegou ao ponto que eu não suportei ouvir mais tudo aquilo e eu não vou mais escutar humilhação, chegou ao ponto que eu não aguento mais!*”.

Há um momento da sua história que demonstra ter ultrapassado os limites do medo, requisita a repressão do agressor, exige uma reparação do sofrimento que lhe foi causado. Isso aparece claramente na entonação de suas palavras: “*Então, ele vai ter que pagar o que ele está falando pra mim, ele vai ter que pagar!!! Ele nunca levou um susto e agora eu vou até o final!*”. Não se trata apenas de uma forma de obter segurança, é mais do que isso: reivindica a justiça e a reparação de um dano: “*Eu não vou deixar me desvalorizar, eu tenho que me valorizar, eu não sou qualquer uma da rua, até porque elas são gente também*”. O caráter reflexivo e decisivo presente nestas afirmações remete à correlação entre as palavras e as coisas sublinhada por Larrosa (2002, p. 21) e se abastece da forma “como nomeamos o que vemos ou o que sentimos e de como vemos ou sentimos o que nomeamos”.

O efeito das palavras emerge em outras dimensões nas narrativas das mulheres entrevistadas. O silenciamento de muitas palavras, não ocas e nem vazias, por uma sequência de anos, abafou também múltiplas violências que se encobrem sob o poder da dominação masculina ou sob a naturalização dos papéis atribuídos ao homem e à mulher nas relações conjugais (e sociais). A exploração financeira e a violência patrimonial aparecem identificadas em suas narrativas e, com certo grau de reflexividade, associadas a outras violências, como, por exemplo, a física, a sexual, a psicológica.

Embora ocorram avanços nas trajetórias das mulheres ao oficializarem a dor e ao tornarem pública a violência, percebe-se que uma “ordem patriarcal de gênero” (SAFFIOTI, 2009) encontra-se ainda fortemente arraigada nas práticas cotidianas. A naturalização de papéis aparece estampada nos retratos extraídos de muitos depoimentos e expressam mecanismos sociais que exerceram (e ainda exercem) influência nos modos como construíram seus processos de individuação e aprenderam a ser mulher.

A possibilidade de exercer uma sexualidade saudável ganha voz a partir da oficialização da dor no evento da denúncia. A escolha pela submissão passiva do próprio corpo aos desejos do companheiro revela a força da tradição patriarcal nas suas trajetórias pessoais. O sentimento de culpa por não ter prazer na relação sexual foi assumido pela entrevista ao longo de muitos anos, até ela descobrir que, talvez, o problema pudesse ser outro e que a reciprocidade na relação é responsabilidade do casal, não apenas da mulher: *“Eu nunca... na verdade... sentia prazer! E, desde o tempo que eu casei, eu procurei médico pra ver se não era nada comigo, sabe?! Porque, ele se chegava pra mim, deitava, eu fingia que tava dormindo né?! (risos) Se achegava, deitava ali, ele me puxava ali, fazia o que tinha de fazer e DEU. Então, ele nunca fez um carinho, nunca tentou me conquistar.”*

Evidentemente esses relatos não compõem o registro oficial da violência. Mas as rotas percorridas para a oficialização da denúncia desafia a sua reflexão e permite que ela realize uma revisão de sua história conjugal e familiar, narrando cenas que identificam outras formas de violência. *“Na época eu achava que, como eu era mulher, eu achava que eu era obrigada a ceder a isso, né?! Mas, hoje em dia, acho que era violência!”*

Essas cenas cruéis não são raras, aparecendo na trajetória de quase todas as entrevistadas. Talvez, por isso, apenas duas entre dez, tenham conseguido recompor suas histórias afetivas. A violência de gênero marca de forma indelével o corpo da mulher. Com efeito, toda a violência é corporalmente experimentada e sentida, deixando marcas mais ou menos profundas conforme a intensidade, frequência ou natureza dos atos exercidos no, ou através do corpo da mulher. O corpo é o receptáculo da violência, a superfície que a acolhe e que a ela se molda. Quando as mulheres falam da violência, é do seu corpo que falam, das marcas (visíveis ou não) que são deixadas nele, às quais se sujeitam ou contra as quais se rebelam. Quando se trata de violência num sistema de relações de gênero, o corpo da mulher emerge simultaneamente como sujeito e como vítima. É o alvo da violência, como se fosse apenas através dele que o domínio e o poder se exercessem. As palavras das mulheres e

suas incursões pelos territórios íntimos da violência permitem apreender suas experiências e observar os efeitos gerados pelo medo. Desde a deformação corpórea provocada, por exemplo, pelos edemas, até aos efeitos depressivos que resultam de um clima de coação permanente, passando ainda pela fragmentação da autoestima, sob o fogo cruzado da ofensa e da humilhação, a violência penetra todos os poros da superfície do corpo da mulher e invade o seu interior.

A violência não pode ser apenas descrita de um ponto de vista externo, como se falasse para testemunhas ausentes, mas tem de ser referida como uma experiência sentida do interior do corpo, que dele fala. Diferentemente do que identificamos em outras narrativas, onde muitas marcas permaneciam indecifráveis, aqui elas emergem com toda a força nas palavras que as mulheres organizam e combinam para narrar suas experiências.

4. Nas rotas do medo

O medo experimentado pelas entrevistadas é referido em duas situações antagônicas, muitas vezes vividas simultaneamente: uma que imobiliza e cerceia a movimentação de partes de seu corpo ou do corpo inteiro e outra que desafia à passagem de um estado passivo e inerte à luta e à reação, em busca da superação do ciclo da violência. O medo que parte da ameaça, mesmo que não assuma contornos imediatos, gera consequências práticas, entre as quais se conta a inibição da ação. A liberdade da mulher é afetada, suas escolhas são sufocadas pelos comportamentos do agressor. Por um período de suas vidas, parecem não exercer a própria vontade e têm coagidas suas decisões.

As espacialidades em que o medo se manifesta podem ser categorizadas tanto no território do corpo, como no das narrativas. É traço comum aos testemunhos reconhecer que a experiência do medo acompanha suas vidas. Através dele, o agressor domina a vítima, exerce um poder que a sujeita aos seus comandos. Para Saffioti (2004), o poder apresenta duas faces diferentes e características entre o homem e a mulher: a da potência e a da impotência. “As mulheres estão familiarizadas com esta última, mas este não é o caso dos homens, acreditando-se que, quando eles perpetraram a violência, estão sob o efeito da impotência” (p. 51). O domínio exterioriza-se, pelo uso da força física e também das palavras, e se reproduz pelas marcas no corpo e na pressão psicológica em que a ameaça ocupa um lugar permanente.

A culpa é um sentimento que acompanha a trajetória do medo, pois, embora racionalmente a mulher saiba que não tem culpa alguma, emocionalmente constrói justificativas que a responsabilizam pelas reações do agressor. Ao mesmo tempo em que se sente impotente pelas inúmeras e fracassadas tentativas de reverter as agressões ou retomar a relação, pode perpassar uma postura de onipotência, julgando-se capaz de mudar o companheiro, como se isso dependesse dela (SAFFIOTI, 2004). Provavelmente isso justifique a maior concentração da suportabilidade dessa situação acima dos 15 anos de convivência (6 casos). Apenas duas mulheres denunciaram o agressor até os dois anos de relacionamento e

outras duas entre os 2 e os 5 anos. O conceito de co-dependência, referido por Giddens (1992), também pode contribuir nesta análise e justificar a suportabilidade da dor e da violência (necessária) por tanto tempo, como algo inseparável da relação. Conforme Saffioti, “mulheres que suportam violência de seus companheiros, durante anos a fio, são co-dependentes da compulsão do macho e o relacionamento de ambos é fixado, na medida em que se torna necessário” (p. 84).

Mas se a violência não é normalmente conhecida antes do relacionamento, como explicá-la? O recenseamento dos motivos apontados pelas mulheres vítimas de violência sugere a existência de duas categorias principais: drogas, incluindo o álcool, e violência/dominação. Relativamente à primeira categoria, os testemunhos sugerem a existência de histórias antigas com o consumo de drogas, retomado em tempos mais recentes, dando origem a alterações comportamentais e relacionais associadas a manifestações de violência. Na segunda categoria, aparece sem qualquer relação com o consumo de substâncias ilícitas, caracterizando uma violência gratuita que não pode deixar de convocar a forma de conceber o papel do homem como dominante e dominador. Esta concepção tem consequências violentas quando é posta a circular nos interstícios das relações de gênero. A dominação normalmente se apresenta como jogo de força, exteriorização da violência, desde a voz da ameaça até a dor física da agressão. O ciúme a que muitos testemunhos se referem como causa da violência não pode ser desligado desse contexto.

A experiência do medo é inaugurada com a eclosão da violência. O parceiro, antes considerado não violento, passa a ser descrito como tal. A violência aparece em várias intensidades, pode ser direcionada exclusivamente contra a mulher ou ter outros alvos derivados. Depois que eclode, raramente é esporádica e tende a perdurar por algum período após a denúncia. Pode, por um lado, apresentar pausas, resultado de tentativas da mulher em amenizar sua intensidade com ajuda externa ou cedendo às pressões. Por outro lado, sua intensidade pode ser tanta que o movimento da mulher é ditado pelas fugas e pelo pavor: “*Eu passo o tempo fugindo dele! Eu saio na rua assim com aquele pavor, é um pavor pra mim sair na rua*”.

O fim do ciclo de violência é um processo, por vezes longo, que tem início com a denúncia. Isso não significa que não haja antecedentes, mas a intenção de denunciar marca, de forma simbólica, todo o processo. Reflete a decisão da vítima de querer pôr termo à violência que a oprime, torna público o ato, ao assumir a vergonha que, muitas vezes, encobre e impede a denúncia. É também a recusa de viver subjugada no e pelo medo, manifestando a intenção de enfrentá-lo através de recursos que são mobilizados em sua defesa pela rede de proteção à mulher. As trajetórias das entrevistadas exemplificam que elas quebraram imagens, deixaram de suportar o destino de gênero traçado para as mulheres, ou seja, a sujeição aos homens sejam eles seus pais, filhos ou maridos. Conforme Saffioti (2000, p. 84), “desta maneira, cada mulher colocará o limite em um ponto distinto do *continuum* entre agressão e direito dos

homens sobre as mulheres”, dependendo da forma como interpreta e avalia, de modo singular, um ato violento e estabelece as fronteiras da suportabilidade da dor e do medo.

5. O poder do macho e a perpetuação da violência

Uma história protagonizada em torno do silêncio e da negação da violência compõe o inventário de fatos narrados pelas mulheres entrevistadas. A quebra do silêncio e a vitimização afirmativa rompem com a negação da experiência vivida no circuito da violência. Soares (1999) diz que, através da força da experiência, a voz das vítimas pode e deve ser ouvida e, a partir dela, o sofrimento se converte em ação ou, nas palavras da autora, “em engrenagem de um processo de libertação, de fortalecimento pessoal e de autonomização” (p. 285).

O estágio de identificação com a figura da vítima funciona assim como “uma etapa necessária no processo de recuperação de transformação do sofrimento em trabalho e em força libertadora” (p. 286). Alguns depoimentos caminham nesta direção, por exemplo, quando várias mulheres dizem “*agora estou bem*”, deixando implícita na expressão um enquadramento no estatuto de “sobreviventes”. Browne (1993), citada em Soares (1999, p. 287) diz que “a palavra ‘sobrevivente’ sugere a existência de um futuro, em vez de só o passado” e, este fato, por si só, configura uma afirmação identitária e uma valorização do *self*.

As narrativas das mulheres entrevistadas revelam uma produção discursiva organizada em torno do conhecimento dos seus direitos, antes ignorados. A partir da publicização da violência ocorrida no espaço privado, o lugar de mulher que aprenderam a ocupar deixa de existir, pelo menos ao nível das palavras, por força das orientações e esclarecimentos obtidos através das peregrinações por serviços da rede de proteção. Elas olham para o passado com muita dor, algumas com vergonha e medo, e sabem que não é possível revertê-lo. No entanto, ao narrá-lo, começam a compreendê-lo e, com base na experiência cruel vivida, resgatam força e resistência para superar o vivido e projetar o futuro. O estatuto de “sobreviventes” indica que permanecem vivas depois de uma experiência de risco e de tantas ameaças de morte. Isso não é suficiente para a manutenção de uma sobrevivida com o gozo pleno de direitos, mas é o primeiro aspecto a ser considerado para pensar em uma possível reconstrução identitária das vítimas. A narrativa de uma mulher desculpando-se em vários momentos da entrevista porque falava incessante e ansiosamente ilustra este aspecto: “*Conversando é que eu me acho*”.

Através da nomeação da palavra, a autoconsciência sobre a sua condição de vítima, através da vitimização afirmativa, é um elemento importante para o recolhimento dos “cacos” que sobraram e para a recomposição do Eu. Pela narração dos fatos, quase sempre dolorosos para quem narra e também aos ouvidos de quem escuta, as mulheres foram estabelecendo fronteiras e, ao mesmo tempo, superando-as. Este exercício possibilita, segundo Melucci (2001a, p. 95) “reconhecer o elo que nos ata ao passado e ao futuro”.

Exemplo disso é o resgate do passado na trajetória de uma mulher de 45 anos, mãe de 4 filhos, casada por 30 anos e peregrina pelos labirintos da Rede de Proteção à Mulher desde o ano de 2002, desafia-nos a observar a perpetuação da violência, tendo em vista as dificuldades de quebrar a ossatura rígida das imagens culturais que atravessam seus caminhos desde a infância, com a socialização num contexto familiar em que a dominação masculina imperava com toda sua força e crueldade.

A história desta mulher que, depois de quase 8 anos, ainda tem forças para resistir e continuar tentando reconstruir sua vida, narra os seus percursos de submissão à violência do marido, desde antes do casamento, e do filho, após a separação. Ela se livrou do pai ao sair de casa de forma bastante comum a uma menina de 15 anos para fugir das agressões: ficando grávida. Passou a ser agredida pelo marido, desde a primeira relação sexual e ao longo do casamento.

A sua narrativa assinala como os processos de socialização foram desenhando o que Saffioti (1987, p. 29) chama de “construção social da subordinação feminina” e aceitação do sofrimento como “destino de mulher”. Essa subordinação assume frequentemente um contorno sexual que começa na primeira relação: (“... *ele queria dormir comigo e daí, pra eu me livrar, eu deixei*”) e continua com a agressão da penetração a qualquer custo: “*eu dizia que doía e ele me dizia que eu era mentirosa, que eu tava mentindo, que era tudo mentira*”. Segundo Saffioti (1987, p. 18), “dado o poder que a sociedade confere ao homem, julga-se este com o direito de manter relações sexuais com sua companheira, mesmo quando ela não apresenta disposição para tal”. Em outras palavras, o dever conjugal, que fez parte do Código Civil de outrora, ainda se perpetua na ideologia que legitima o “poder do macho” e que contribui “para a perpetuação do poder masculino e adulto” (p. 39).

Na história desta mulher, o “poder do macho” leva o marido a agir para fazer cumprir a obrigação da mulher como prestadora de serviços sexuais quando solicitada, reforçando uma imagem cristalizada da sexualidade masculina, culturalmente genitalizada. Conforme Saffioti (1987, p. 19), nem mesmo os homens se dão conta de que isso representa uma redução da sua sexualidade e um empobrecimento, pois, “ignorando o desejo da mulher, o homem é conduzido a ‘realizar’ seu próprio desejo exclusivamente na ejaculação”. Com isso, os homens desconsideram que poderiam desfrutar de muito mais prazer através da descoberta de outras zonas erógenas e/ou da obtenção de prazer através do prazer da parceira.

As imagens da socialização repressora a impediram, por muito tempo, de tomar atitude e dar-se conta de que poderia buscar ajuda: “*Comecei a ver que eu não estava errada, porque o meu pai e minha mãe me bateram tanto que eu cheguei ao ponto que eu achei que eu estava errada, né, mas não, eu estava certa. Eu queria, eu tinha o direito de ter aquilo que eu queria, aí eu comecei a minha luta*”. Medo, culpa e vergonha silenciaram o corpo e as palavras por muito tempo. A consciência do medo aparece em uma das narrativas e produz o sentimento antagônico na construção da coragem para remover os resquícios de uma formação e de uma relação doentia: “*O medo é algo muito danado, atrapalha muito a vida da*

gente e agora eu não tenho medo". O fim do medo, que traduz o início do processo de vitimização afirmativa, permite a escolha por uma vida diferente, sem continuar depositando no outro (pai, mãe, filho, marido) o poder da mudança, pois, como revela o testemunho desta mulher, ela já percebe que, embora seja difícil, pode fazer escolhas e gerir sua própria vida, contanto com o apoio das redes sociais: *"Mas eu queria tanto que ele mudasse, mas ele não vai mudar, é a gente quem tem que mudar, não eles, pra eles está bom assim, então, por que vão mudar?"*.

6. Já que ela não me quer mais, então que se vire!

O pedido de separação por iniciativa da mulher costuma ser um evento que abala as certezas do lugar de homem que o marido ou companheiro aprendeu a construir e pode constituir um evento que desencadeia a violência tendo a mulher como vetor. Seriam ambos vítimas do patriarcado? De certa forma sim, pois o medo de abalar sua imagem social e de macho, fruto de uma construção sociocultural, encaminha o homem para a defesa de seu território, como se o corpo e a vida da mulher fosse de sua propriedade. As fronteiras entre a culpa e a vitimização acabam por ser nebulosas, conforme formula Soares (1999).

Para Saffioti (2004, p. 35), na "ordem patriarcal de gênero", as mulheres são socializadas para o desenvolvimento de comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores, em contrapartida ao homem, estimulado a exercer condutas agressivas, perigosas e que demonstrem força e coragem. Nesta lógica, as mulheres seriam amputadas para o uso da razão e para o exercício do poder. Em outra obra, a mesma autora formula que as mulheres são socializadas para uma conduta ambígua, que lhes confere "a ilusão de que escolhem seus parceiros, quando, na verdade, são muito mais escolhidas do que exercem seus desejos" (SAFFIOTI, 2000).

A relação dominador-explorado ainda marca fortemente a sociedade brasileira e faz parte das suas construções socioculturais, pois, se é a mulher a romper com o relacionamento, a hegemonia da ordem patriarcal de gênero fica comprometida, uma vez que nela somente os homens desfrutam de autonomia, sem necessitar pedir licença à outra categoria de sexo para realizar seus desejos e projetos. Às mulheres resta o medo e a coragem para o enfrentamento das reações contrárias, por exemplo, quando deseja a separação sem um motivo aparente. Aos olhos do próprio homem e da sociedade conservadora, se é ele quem tem a autonomia da escolha, somente a ele compete romper com a relação.

Os retratos da história de uma outra entrevistada ilustram as reflexões anteriores. Aos 44 anos, com duas filhas, casada por 15 anos e mantendo um relacionamento desgastado, vivia em coabitação com o marido, porém com separação de corpos, decidida em comum acordo. Ela resolveu oficializar a separação, porém sua escolha não foi bem recebida pelo marido, tampouco por seus pais. Desde que comunicou a decisão, ela passou a sofrer consequências: no plano financeiro, com o corte das contribuições para o sustento das filhas;

no plano físico, com a violência manifesta, tendo seu corpo como alvo e, no plano emocional, com as chantagens, perseguições e tentativas de recomposição da relação.

O seu testemunho esclarece que fez tentativas para reconstruir a relação desgastada nos anos do casamento. No entanto, seguindo o modelo do patriarcado, o ex-marido sentindo-se preterido e tendo seu ainda pretensão território ameaçado, não aceitou a escolha da ex-mulher, manifestou o ciúme represado, tentou a reconquista e, no jogo de arrependimentos e promessas, misturado com o de pena, culpa, até de algum medo, acabou por atender aos apelos do ex-marido, cedeu e o deixou voltar. Com isso, abriu as cortinas para um cenário de agressões e para a fertilização dos mecanismos de controle de sua vida. *“Ele tava chorando: - Me deixa voltar pra casa pelo amor de Deus, porque as minhas filhas, eu estou com saudades de casa, eu prometo que eu volto eu não vou te incomodar, eu vou deixar tu ter a tua vida. E eu, muito boca aberta, acreditei! Deixei ele voltar, foi aí que começou as agressões! Depois disso, ele andava sempre atrás de mim, nossa! Eu perdi, perdi assim, o domínio da minha vida”*.

Em dimensões diferentes das demais mulheres, dada sua autonomia nas próprias escolhas e também nos recursos culturais e financeiros, o testemunho desta mulher refere os mecanismos utilizados para superar o cerco do ex-marido: *“Eu não aguentava mais aquele casamento, sabe?! Eu fui levando e a partir do momento que aconteceu a primeira agressão eu disse: - Não me dê um tapa! Porque aquele tapa vai me transformar numa muralha! E foi no que me transformou, ele mesmo me transformou no que eu sou hoje! Porque disse: - Não preciso! Nunca apanhei do meu pai! Vou apanhar de outro marmanjo?! Mas Deus o livre!”*.

O direito em reconstruir uma vida afetiva é usufruído por poucas mulheres, pelo menos enquanto estão dentro ou próximas dos efeitos do “olho do furacão”. Mas, neste caso, foi possível iniciar um processo nessa direção, embora com o ônus das perseguições do ex-marido. Considerada culpada pela ordem patriarcal de gênero por ter rompido a relação marital, ela ainda vivia no limiar da culpa e da vitimização. Saffioti (2009, p. 51) afirma que não há vítima passiva. Segundo ela, “ao mesmo tempo em que o medo paralisa, as vítimas reagem mesmo em período de relativa ‘paralisia’, ainda que seja por meio da vingança, da sabotagem e de outras condutas infantis”. A reação eclodiu e, por várias vezes, o sentimento de agredida motivou o de potencial agressora: *“Eu disse já, desde que eu decidi, eu já tinha certeza. Eu não quero, eu não quero e eu não quero! Eu simplesmente abomino ele, eu não consigo ouvir a voz, sabe?! Eu tenho vontade de partir pra cima dele assim, e eu ser a agressora, sabe?!”*.

As escolhas aparentemente autônomas desta entrevistada mostram outros mapas da violência contra a mulher e os dispositivos que cada uma, ao seu tempo e consoante às suas condições, constrói. Em nenhum dos retratos aqui apresentados o processo teve um desfecho rápido e com ponto final. As marcas da experiência não podem ser apagadas. Ao contrário, é através delas que cada mulher constrói o substrato para o desenho de seus projetos de futuro.

Considerações finais

Nas narrativas de cada mulher que compõem o que denominamos de territórios íntimos da violência de gênero, estão estampadas as construções socioculturais que pautaram seus processos de socialização. Nelas vemos representações sobre a violência que sofreram e sobre os motivos que a desencadeiam. Recorrendo ao conceito de representação desenvolvido pela História Cultural (CHARTIER, 1988 e 1991), como uma disciplina que estuda os processos com os quais os sujeitos, através de suas narrativas, atribuem sentidos às coisas, é possível afirmar que estão em jogo nesse processo os aspectos culturais que envolvem o lugar que essas mulheres ocupam na relação estabelecida com os companheiros. A cultura, nesse caso, reúne um conjunto de significados que elas constroem e partilham em seus processos de socialização, como forma de explicar as vivências com a violência de que são vítimas.

Recorrendo a Pesavento (2008, p. 15), podemos entender a cultura como “uma forma de expressão e de tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada”. Nesse sentido, as palavras das mulheres sobre a situação que vivem com a violência, possibilitam ler as representações que constroem sobre o vivido. A autora afirma que “as representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência” (p. 39). Para ela, as representações atuam como “matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real” (p. 39).

Como portadoras do simbólico, as representações acabam dizendo mais do que aquilo que enunciam, uma vez que carregam sentidos ocultos, construídos social e historicamente, os quais são internalizados no inconsciente coletivo e, na maior parte das vezes, se apresentam como naturais, como é o caso das violências encobertas no corpo da mulher.

Embora as mulheres contemporâneas mostrem-se mais encorajadas em denunciar as violências que sofrem, numa espécie de “saída do armário” (SOARES, 1999, p. 15), percebe-se que o deslocamento e a redefinição da culpa e da vitimização, muito lentamente, vão assumindo contornos em direção à quebra do silêncio e à publicização do segredo. As políticas públicas ajudam, ou podem ajudar, no processo de enfrentamento da violência, pelo apoio que disponibilizam e pelas medidas que proporcionam, sobretudo pelo que assinalam no domínio da interdição da violência. A criminalização condena as representações culturais que procuram legitimar ou naturalizar a violência contra a mulher e o lugar da mulher nas relações de gênero. É esse lugar que importa definitivamente questionar e reconstruir legal, social e culturalmente.

Os testemunhos das mulheres cujas narrativas tecem as considerações que desenvolvemos mostram que a mudança não é linear, que os avanços se fazem acompanhar de

retrocessos ou as determinações se enchem de ambiguidades, mas também indicam que a mudança se encontra definitivamente em marcha. Uma vez iniciada, nunca mais se voltará ao ponto de partida, é irreversível. Quer na vida das mulheres, quer na sociedade, as relações e as representações de gênero estão condenadas a mudar, porque a afirmação dos direitos é uma condição da cidadania democrática e porque a modernidade não é compatível com a ordem tradicional da ideologia patriarcal e da hegemonia masculina.

Referências

- ALMEIDA, Suely Souza. Essa violência mal-dita. In: ALMEIDA, Suely Souza (Org.). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2007.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2.ed. Lisboa: Difusão Editorial, 1988.
- _____. **El mundo como representación: estudios sobre historia cultural**. Barcelona: Gedisa Editorial, 1991.
- GIDDENS, Antony. **A transformação da intimidade**. São Paulo: UNESP, 1992.
- LARROSA, Jorge Bondía. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Campinas, **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, jan.-abr. 2002, p. 20-28.
- LIBARDONI, Marlene. **Sem os direitos das mulheres, os direitos não são humanos**. Disponível em: http://www.contee.org.br/secretarias/etnia/materia_15.htm Acesso em 22 out 2009.
- MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- _____. **O jogo do eu**. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2004.
- _____. **Vivencia y convivencia: teoría social para una era de la información**. Madri: Trota, 2001a.
- MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- SAFFIOTI, Heleieth. Gênero e Patriarcado. In: VENTURI, Gustavo; RECMAÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.
- _____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- _____. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**. v. 13, n. 4, p. 82-91, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a08.pdf> Acesso em: 29 out. 2009.
- _____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.
- _____. Violência Doméstica: questão de polícia e da sociedade. In: CORRÊA, M. (Org.) **Gênero e Cidadania**. Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 2001
- SOARES, Bárbara Musumeci. **Mulheres invisíveis: violência conjugal e novas políticas de segurança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

STECANELA, Nilda; FERREIRA, Pedro Moura. Mulheres e direitos humanos: desfazendo imagens, (re)construindo identidades. **INTERthesis**. Florianópolis, v. 6, p. 151-178, 2009.

ⁱ Doutora em Educação. Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Professora na Rede Municipal de Ensino de Caxias do Sul. Coordenadora do Observatório de Educação da UCS. *E-mail*: nildastecanela@terra.com.br

ⁱⁱ Doutor em Sociologia. Investigador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa/Portugal. *E-mail*: pmferreira@ics.ul.pt